

A POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

THE MILITARY POLICE IN THE PRESERVATION OF PUBLIC ORDER

Leonardo Lopes Almeida^{1*}

Loiane Ribeiro^{2**}

RESUMO

O trabalho teve como objetivo analisar o papel da polícia comunitária na preservação da ordem pública. A pesquisa será de natureza qualitativa. Os resultados obtidos indicam que a polícia comunitária tem uma consolidação em seus programas e que o Estado de Goiás tem se atentado para as mudanças globais da segurança pública e adotado essa forma de policiamento com diversos cursos de formação e aprimoramento. E a aproximação e integração com a comunidade pode ser um fator de eficácia, pois as visitas comunitárias conquistam a confiança do cidadão, que se torna um parceiro e fiscal de segurança pública, pois contribui com informações que resultam na prevenção e repressão da criminalidade.

Palavras-chave: Polícia Militar. Polícia Comunitária. Preservação. Ordem Pública.

ABSTRACT

The aim of the work was to analyze the role of community police in preserving public order. The research will be qualitative in nature. The results obtained indicate that the community police have consolidated their programs and that the State of Goiás has paid attention to global changes in public security and adopted this form of policing with various training and improvement courses. And the approach and integration with the community can be an effectiveness factor, as community visits gain the trust of citizens, who become partners and public security inspectors, as they contribute information that results in the prevention and repression of crime.

Keywords: Military Police. Community Police. Preservation. Public order.

^{1*} Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma G Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: lego_963@hotmail.com

^{2**} Professora orientadora, Especialista em Polícia e Segurança Pública, Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 2023.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está em completa evolução e a globalização permite que as instituições tenham uma maior capacidade de adaptação, e seja mais dinâmica, com novas alternativas e a comunicação também está em constante movimentação, de maneira mais sofisticada e veloz. Nesse contexto, a segurança pública precisa de um choque de realidade, para ser mais eficiente e que melhore nos padrões de qualidade, pois a realidade e sociedade exigem. Desse modo, com a Constituição de 1988, entrou em cena a questão da segurança pública, de modo que coube a polícia militar, a culminância de polícia ostensiva, bem como preservação da ordem pública. Neste sentido, a polícia ostensiva abrange a ação de prevenção, isto é, preservar a ordem pública.

Na culminância dessa ordem pública, a polícia precisa atuar em condições que lhe permita prestar um serviço de qualidade. Assim, os programas de desenvolvimento profissional dos policiais precisam estar em consonância com a capacidade a eles propiciadas pelo exercício da profissão, de maneira a técnica e a compreensão da atividade por eles desenvolvida, será mais efetiva no processo de decisão institucional e no que tange a segurança pública da sociedade.

Com a complexidade gerada pelo crescimento das cidades e as relações sociais, a solução tradicional já não tem atendido a demanda. Esse fator gera um aumento da criminalidade e gera uma sensação de insegurança, o que permeia a implementação de estratégias de atuação institucional para uma maior interação entre os segmentos sociais e a polícia.

A pesquisa se torna relevante, pois as forças policiais tem procurado, nos últimos anos, uma maior integração com a comunidade, e para isso acontecer de maneira eficaz, a polícia precisa participar ativamente e ser conhecida pelos cidadãos que nela vivem, agindo com proatividade e autonomia na tomada de decisões e iniciativas. E uma forma bastante eficaz que propicia essa interação, é a Polícia Comunitária.

Nesse contexto a polícia pode desenvolver projetos que abrangem saúde, educação, lazer, cultura, o que pode resultar em uma melhor qualidade de vida das pessoas, respeitando a cultura, características e especificidades da sociedade. E isso pode direcionar uma discussão respeitosa na solução dos problemas enfrentados pela população local.

Levando isso em consideração, o trabalho tem como objetivo analisar o papel da polícia comunitária na preservação da ordem pública. Para tal, desmembramos esse objetivo em partes, a fim de determinar as características fundamentais do policiamento ostensivo, bem

como evidenciar a missão constitucional da polícia militar e constatar a importância da polícia comunitária.

A problemática é que a atuação tradicional da polícia já não atende as expectativas na busca de resultados, principalmente os grandes centros urbanos, gerando assim uma necessidade de implementar estratégias de aperfeiçoamento para um real sentimento de segurança pública. E a melhor estratégia para a busca da solução deste problema é a Polícia Comunitária. Portanto, se pretende analisar em que sentido a polícia militar pode preservar a ordem pública e como a polícia comunitária pode ser eficaz na preservação da ordem pública?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Policiamento ostensivo

O policiamento é “o ato de policiar”, e consiste o policiar na manutenção da ordem por meio da fiscalização do trabalho policial. E a palavra ostensivo “que se mostra exageradamente”. A junção das duas palavras forma ‘policiamento ostensivo’ que se determina como ação policial exclusiva das polícias militares e são identificadas pela farda, equipamento ou viatura e se fundamenta na manutenção da ordem pública, e atuam de maneira ostensiva em diversas ações: geral, urbano e rural; trânsito; portuário; segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado; florestal e de mananciais; dentre outros. (BRASIL, 1983).

Para Marcineiro (2018) a reorganização da polícia militar se deu através do Decreto Lei nº 667, em 1969, mas recentemente foi alterado, em 26 de dezembro de 2019, a Lei nº 13.967 foi revogada e trouxe em seu ensejo que a missão da polícia militar é de manutenção da ordem pública.

Portanto, a polícia militar atua com o policiamento ostensivo em consonância com medidas básicas de prestação de socorro e assistência a calamidades adversas por desastre ou guerra.

2.2 Polícia Militar

A segurança pública é um dever do Estado, e um direito e responsabilidade de todos, para estabelecer a preservação da ordem pública e incolumidade do patrimônio e das pessoas. E os órgãos que atribuíram para manter a segurança pública, são a polícia federal, polícia

rodoviária federal, polícia civil, bombeiros militares e polícia militar. E, cabe A polícia militar uma atuação ostensiva e a preservação da ordem pública. (PAREDES, 2014)

A atuação policial se baseia na prevenção e repressão à criminalidade. Lazzarini (2000) traz que é a ordem pública se fundamenta em três aspectos: segurança pública (garantia de uma convivência harmônica e pacífica em sociedade e é exercida pelo poder de polícia); tranquilidade pública (possui um efeito agradável de serenais na convivência social, por meio de um convivência pacífica) e salubridade pública (são as condições de saúde como responsabilidade do Estado, quem cumpre essa função são os bombeiros militares).

A Escola Superior de Guerra estabelece nos seus fundamentos doutrinários que “Defesa interna é o conjunto de atos planejados e coordenados pelo Governo, aplicados para superar ameaças, de origem interna ou externa, com efeitos internos, que possam atentar contra os objetivos nacionais permanentes”. (PAREDES, p. 90, 2014).

Nesta conjuntura, em casos de perturbação excessiva e grave da ordem pública ou em casos de estabilidade institucional as polícias militares serão convocadas e deverão atuar de maneira repressiva para o restabelecimento da lei, da ordem e da paz social.

De acordo com Paredes (2014) as ameaças aos objetivos nacionais tem uma função de caráter militar para uma atuação frente e em defesa dos objetos nacionais, de modo que pode ser usado um instrumento de defesa interna.

2.3 Polícia comunitária

O policiamento comunitário foi implantado para uma melhoria na relação entre a polícia e a sociedade, de modo a propiciar a resolução dos problemas enfrentados para a segurança pública, na eficácia da preservação da ordem. E, este modo de atuação se baseia na descentralização dos processo de tomadas de decisões, tendo a colaboração da comunidade e dos polícias que atuam em contato direto com a comunidade, de modo a atender às demandas e necessidades da população. (ALINE, 2018).

A polícia comunitária é a representação da corporação na comunidade, e mantém um relacionamento de confiança e respeito onde se atua, e esses estreitamento na relação é feita pelos polícias que estão na posição mais baixa na hierarquia da polícia. Esta forma de policiamento se baseia em uma reforma organizacional da polícia, em que a premissa é o trabalho conjunto da polícia e da comunidade, a fim de resolver os problemas que o bairro perpassa, na melhora da qualidade de vida.

No art. 144 da Constituição Federativa do Brasil, implantado em 1998 retrata da segurança pública e que esta é um direito outorgado ao Estado, mas responsabilidade de todos, em que os órgãos das polícias, dentre elas são a polícia militar, tem a missão em concomitante com os cidadãos a preservação da ordem pública para a redução nos índices de criminalidade e violência.

Nesse contexto a polícia comunitária traz de volta a essência da polícia, para as expectativas da comunidade para uma sociedade democrática e pluralista, com participação efetiva da comunidade na resolução dos problemas que permeiam a comunidade, para uma melhoria na qualidade de vida, oferecendo e contribuindo de maneira efetiva no cenário social em combate à criminalidade. Entretanto, a violência não deve ser atribuída apenas a um fator, mas a vários. (ALINE, 2018).

Segundo Aline (2018) esse modelo de policiamento se configura na formação de equipes que não se preocupam apenas na repressão de crimes, mas sim nas causas e para que essa metodologia de policiamento seja efetivo são necessárias reformas que institucionais que envolvam a comunidade para uma melhor resolução nos problemas que acometem aquela área.

A divisão do policiamento comunitário consiste em pequenas áreas que passam a ser de responsabilidade do comandante, que tem o papel de supervisionar a quantidade de policiais para as ações policiais, por meio do diagnóstico dos crimes e desordens dos bairros. De modo que as estratégias são desenvolvidas por meio do diagnóstico feito pelos policiais, por esse fator a comunicação entre os envolvidos nesse processo é tão importante.

Em Goiás a polícia comunitária surge em 2000, entretanto no ano de 1990 alguns policiais do Estado foram enviados para São Paulo e Espírito Santo, para realizarem um curso com ênfase no policiamento comunitário, para assim que retornassem, adaptasse os ensinamentos aprendidos a realidade de Estado de Goiás. No ano de 2003 os cursos já contemplava nas disciplinas o policiamento comunitário.

O policiamento comunitário em Goiás assim como nos países que foi desenvolvido esse modelo tem por finalidade a melhora na qualidade de vida e a participação da comunidade, de modo que essa interação entre polícia e comunidade ajuda no levantamento dos problemas que mais acometem a área e são definidas as melhores soluções, pois a comunidade participa ativamente do planejamento das melhores estratégias e ações para uma melhor segurança (ALINE, 2019).

As ações e os projetos voltados para o policiamento comunitário não demoraram a serem implantados no Estado de Goiás, pois em 2003 todos os cursos da Polícia Militar do Estado já se adequavam a essa realidade. E está sempre inovando os projetos para o

desenvolvimento e a participação da comunidade no trabalho policial. Dentre os cursos, podemos destacar o PROERD que atua em conjunto com a comunidade através da família e da escola, instruindo, informando e criando estratégias que evitem que crianças, adolescentes e jovens sejam atraídos e explorados no mundo do crime, do tráfico e uso de drogas, da exploração sexual e da violência.

3 METODOLOGIA

As análises e discussões do estudo são sobre o policiamento ostensivo e os principais aspectos que constituem esse objeto de pesquisa. Desse modo, a pesquisa será caracterizada como bibliográfica e documental, pois serão utilizadas fontes em materiais já elaborados, como artigos, livros, teses e dissertações.

Diante disso, o trabalho será embasado em uma abordagem descritiva, de acordo com Prodanov (2013) é quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir e descreve as características de uma população.

A pesquisa será de natureza qualitativa, pois trás uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar método histórico também se torna importante na construção desse trabalho.

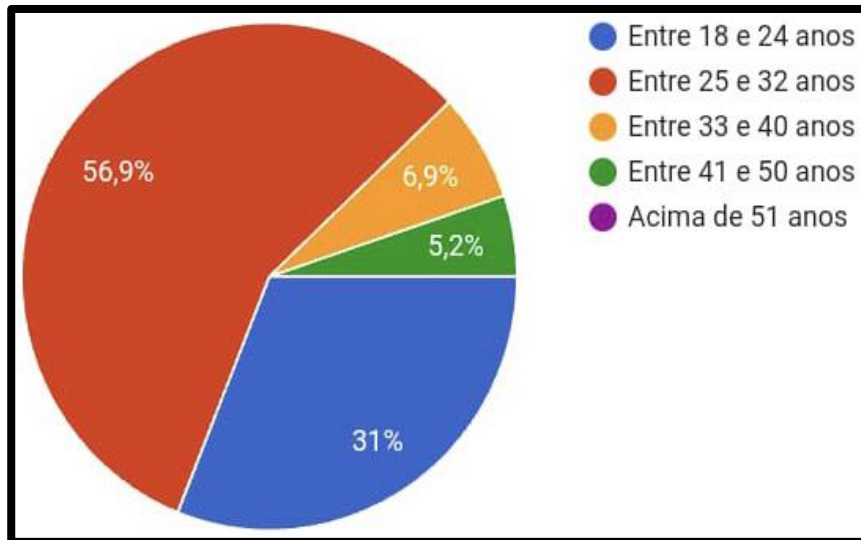
Ainda pretendemos fazer uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários a policiais que atuam no policiamento comunitário nas comunidades de Goiânia. O questionário será estruturado, contendo 12 perguntas abertas e fechadas, para dar uma maior liberdade aos entrevistados. Será realizada pela plataforma Google Forms e enviado para os policiais por via e-mail ou WhatsApp, que farão a devolutiva para podermos realizar a análise das perguntas respondidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada uma pesquisa com policiais que atuam no policiamento comunitário no município de Goiânia. Através de um questionário com 12 perguntas abertas e fechadas enviado via link para os policiais, 58 responderam o questionário, sendo 84,5% masculino e 15,5% feminino.

O gráfico 1 refere-se a idade dos entrevistados. A maioria 56,9% está entre 25 e 32 anos 31% entre 18 e 24 anos 6,9% entre 33 e 40 anos e 5,2% entre 41 e 50 anos.

Gráfico 1 – Idade



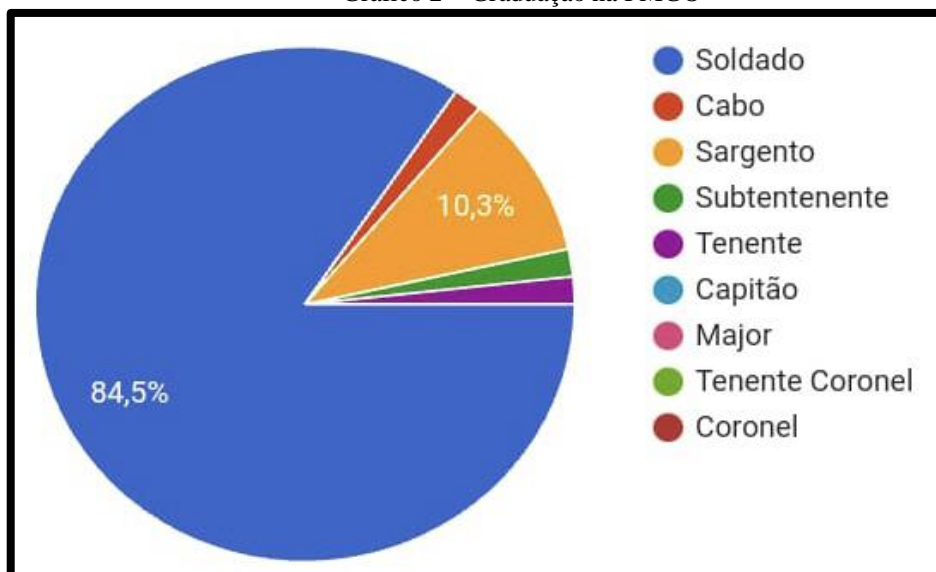
Fonte: Google Forms (2023)

O tempo médio de serviço na Polícia Militar de Goiás dos entrevistados é de 1 ano e 7 meses na corporação e mais de 90% atua a menos de 5 anos na PMGO.

Os dados mostram que a jornada de trabalho também varia muito, e a maioria 10,3% trabalha em dias úteis da semana, 5 dias, 8,6% trabalham 12 horas por dia.

A graduação dos participantes é composta em sua maioria 84,5% de soldados, sargento 10,3% e cabo, subtenente e tenente, cerca 1,7% cada, como mostra o gráfico.

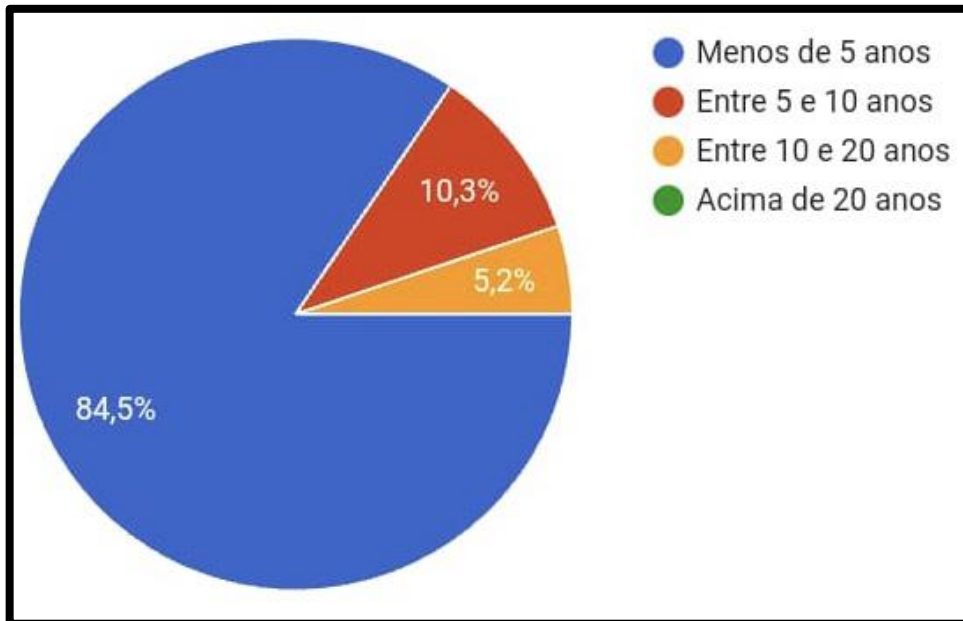
Gráfico 2 – Graduação na PMGO



Fonte: Google Forms (2023)

A maioria 84,5% atua no policiamento comunitário a menos de 5 anos, 10,3% entre 5 a 10 anos e 5,2% entre 10 e 20 anos. Observe o gráfico.

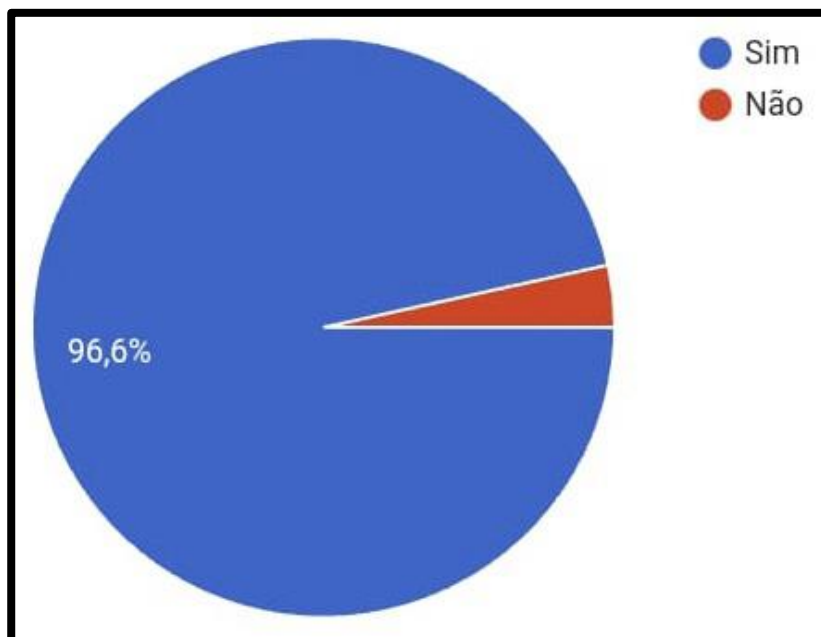
Gráfico 3 – policiamento comunitário



Fonte: Google Forms (2023)

Ao serem questionados se sentem realização no serviço comunitário 96,6% se sente realizado e 3,4% não.

Gráfico 4 – Se sente realizado no serviço de policiamento comunitário

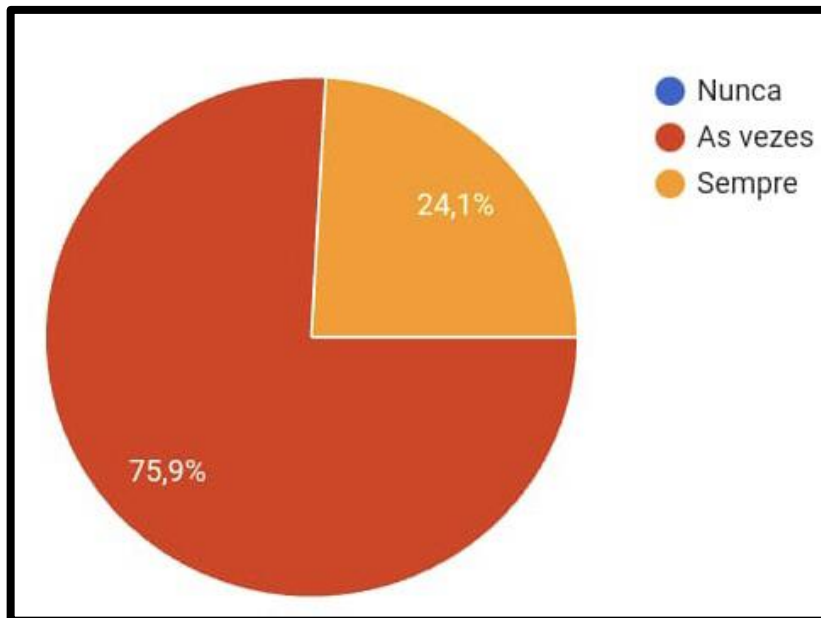


Fonte: Google Forms (2023)

Foi perguntado se existe uma relação intrínseca entre a polícia e a comunidade 75,%

considera que as vezes é 24,1% respondeu que sempre, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Relação intrínseca entre polícia e comunidade



Fonte: Google Forms (2023)

Para Neres (2018) essa relação tem sido intrínseca pois a finalidade dela é propor um vínculo maior entre a polícia e a sociedade, fazendo com que a população conheça mais sobre o trabalho policial. Além de propiciar uma participação e colaboração da sociedade na preservação e garantia da segurança. Nesse contexto, a polícia comunitária se torna uma estratégia organizacional que une a polícia e a comunidade na busca da melhor solução para os problemas que permeiam a sociedade como drogas, insegurança e possibilitam implementações a médio e longo prazo, de modo a estabelecer uma melhor qualidade de vida.

Referente a questão sobre quais estratégias adotadas pelo policiamento comunitário que surtiram mais efeito em prisão e repressão aos crimes que antes eram cometidos com maior frequência? Vale salientar que a questão era aberta e não obrigatória, os participantes poderia responder ou não, obtivemos 38 respostas. A grande maioria responderam que a aproximação e integração com a comunidade pode ser um fator de eficácia, “um policiamento de aproximação, visitas comunitárias, que conquista a confiança do cidadão, que se torna um parceiro da PM, um fiscal de segurança pública, contribuindo com informações que resultam na prevenção e repressão de modalidades criminosas”.

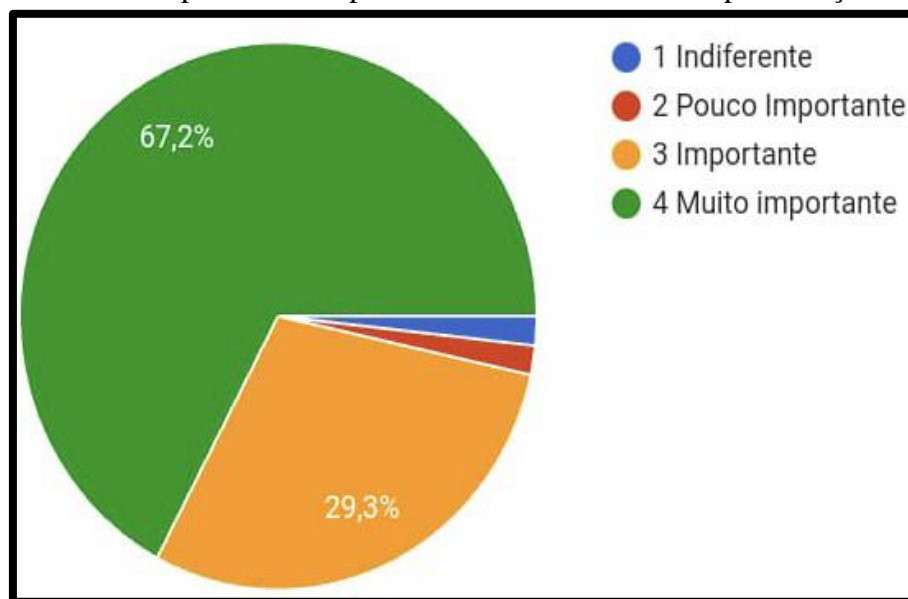
Além de projetos sociais que contribuir com o diálogo e o estabelecimento de laços mais fortes entre a polícia e a comunidade, para um “compartilhamento de informações de segurança

pública”, e “ouvir a comunidade local abrindo espaço para que ela também possa integrar a segurança pública.”

Percebe-se que na maioria das respostas mostram que a aproximação com a comunidade por meio do diálogo propiciou essa diminuição nos crimes que antes eram cometido com maior frequência. O que vai de acordo com as ideias de Neres (2018) ao dizer que a polícia comunitária estabelece um vínculo direto entre a comunidade e a polícia para o desenvolvimento de dinâmicas e planejamentos e possibilita que a sociedade tenha uma participação maior na segurança, de modo que a polícia auxilia a população na garantia da ordem pública e segurança por meio das forças policiais.

O gráfico 6 corresponde se na visão dos policiais o policiamento comunitário é importante na preservação da ordem pública 67,2% considera muito importante 2,3% importante e 1,7% considera pouco importante e indiferente.

Gráfico 6 – Importância do policiamento comunitário na preservação da ordem pública



Fonte: Google Forms (2023)

Acerca da questão sobre o que pode ser realizado pelo policiamento comunitário para a preservação da ordem pública. As respostas foram as mais variadas possíveis, alguns consideram que precisa de “maior investimento em treinamento e capacitação da tropa”, “aproximação com a comunidade e estabelecimento de vínculos interpessoais”, “aumentar o efetivo policial”, “desenvolver ações que visem a preservação da ordem pública e consolidação da paz social”.

É importante salientar que menos divergindo nas respostas, um ponto em comum é a

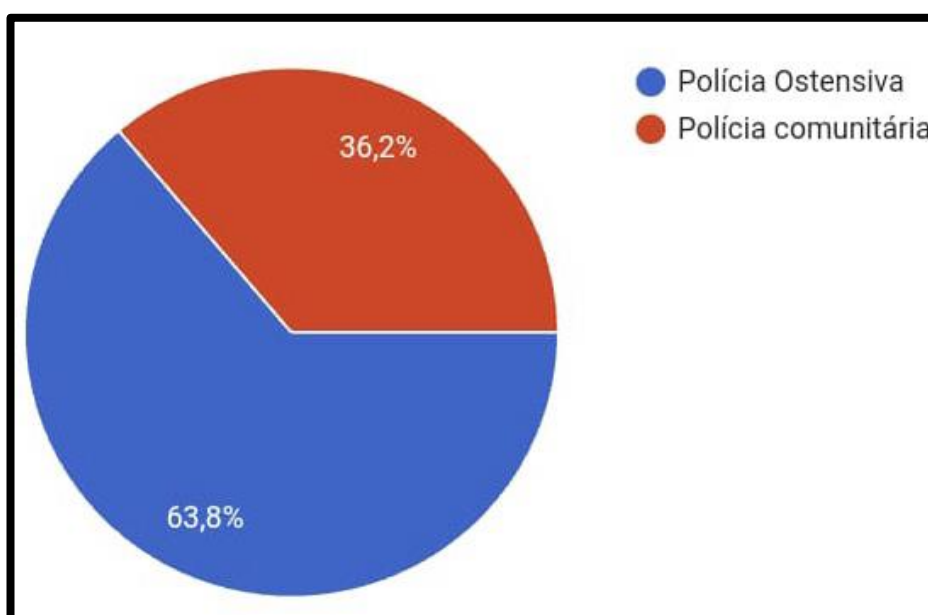
importância da aproximação entre a polícia e a comunidade e como essa parceria pode ser positiva para a preservação da ordem pública, e possibilita a “promoção de campanhas de conscientização de como a comunidade pode contribuir na segurança da localidade”, sendo uma “força ativa e fiscalizadora da lei” e participando “de programas de vigilância”.

Esse monitoramento pode ajudar na implementação de “medidas de reeducação para jovens e infratores de crimes de menor potencial ofensivo, palestras aulas, programas de esportes para jovens, presença da polícia comunitária nos ambientes mais afetados”, de modo a “trabalhar na prevenção para que as ocorrências diminuam”.

Os resultados obtidos indicam que a polícia comunitária tem uma consolidação em seus programas e que o Estado de Goiás de acordo com Santos (2018) tem se atentado para as mudanças globais da segurança pública e adotado essa forma de policiamento com diversos cursos de formação e aprimoramento. E um dos batalhões que mais se destacam na visão do autor é o 9º BPM que desenvolveu em 2005 um policiamento comunitário que teve suas práticas reconhecidas nacionalmente e foi o ganhador do Concurso Motorola que premia os melhores projetos de Polícia Comunitária.

O gráfico 7 é acerca da última questão da pesquisa sobre a forma de policiamento tem surtido mais efeito na preservação da ordem pública. A maioria 63,8% respondeu que a polícia ostensiva e 36,2% a polícia comunitária.

Gráfico 7 – Forma de policiamento



Fonte: Google Forms (2023)

Na visão de Paredes (2014) a polícia tem uma missão específica a de preservação da

ordem pública na comunidade, o que inevitavelmente se transforma em policiamento comunitário, mas com características e princípios variáveis que podem ser moldados conforme a realidade da comunidade. O policiamento comunitário traz uma filosofia de parceria e participação da comunidade na priorização e resolução dos problemas e particularidades, de modo que o policial tem que participar ativamente da vida da comunidade, de modo a ter um bom relacionamento e convivência na região que atua para que os resultados propostos sejam alcançados.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar o papel da polícia comunitária na preservação da ordem pública. O policiamento comunitário não pode ser considerado apenas como uma nova forma de ronda ostensiva que tem por finalidade a ordem pública, mas pode ser compreendida como um estilo e comportamento diferenciados por parte dos policiais que trabalha em conjunto com a sociedade. E esse tipo de polícia só faz sentido se estiver alinhado com a comunidade e com a participação ativa dos cidadãos que pertencem aquele bairro.

De modo que as mudanças só acontecem pelo compartilhamento de saberes e como ações efetivas contra a violência e criminalidade, visto que a segurança pública não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas de toda a sociedade.

Os resultados obtidos indicam que a polícia comunitária tem uma consolidação em seus programas e que o Estado de Goiás tem se atentado para as mudanças globais da segurança pública e adotado essa forma de policiamento com diversos cursos de formação e aprimoramento. E a aproximação e integração com a comunidade pode ser um fator de eficácia, pois as visitas comunitárias conquistam a confiança do cidadão, que se torna um parceiro e fiscal de segurança pública, pois contribui com informações que resultam na prevenção e repressão da criminalidade.

E essa aproximação se dá por meio do diálogo, culminando na criação de projetos sociais que ajudam no estabelecimento de laços mais fortes entre a polícia e a comunidade, para um maior compartilhamento de informações de segurança pública e abre um espaço para que o cidadão comum integre a segurança pública e propicie uma ajuda na diminuição dos crimes que antes eram cometido com maior frequência.

Ademais, a participação da comunidade é essencial para a preservação e elucidação de crimes, pois os locais onde a população está distante da polícia, são os locais onde há mais violência. Se existe um relação entre polícia e comunidade de respeito e confiança, são

fornecidas aos policiais, por parte da população, informações sobre crime, suspeitos, o que cria um ambiente favorável para o cumprimento da lei.

Portanto, essa relação intrínseca entre polícia e comunidade é um fator positivo para a preservação da ordem pública e possibilita que programas e campanhas de conscientização e medidas de reeducação para jovens e infratores, por meio de palestras e programas que resultem na diminuição dos índices criminais.

REFERÊNCIAS

ALINE, C. **Uma abordagem teórica do policiamento comunitário**. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/904/1/ALINE%2c%20Cristine%20Souza.pdf>> Acesso em: 05 Out 2023.

CURY, N.; OLIVEIRA, M. A. N. **Preservação da ordem pública: atribuição constitucional das polícias militares**. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4199/1/Preservação%20da%20Ordem%20Pública_atribuição%20constitucional%20das%20pol%C3%ADcias%20militares.pdf> Acesso em: 18 agosto de 2023.

MARCINEIRO, N.; ALVES, C. A. S.; JÚNIOR, E. S.; ROCHA, G. N.; SANTOS, R. F. **Análise criminal e policiamento ostensivo: uma relação indissociável**. RHM, v. 22, n. 1, jan/jun. Santa Catarina, 2022.

PAREDES, J. A. O. **A polícia militar e a missão constitucional de preservação da ordem pública no Estado Democrático de Direito**. Disponível em: http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/download/230/pdf_128> Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, C. A. G. S. **O trabalho na organização policial militar: natureza e significados atribuídos pelo operador do policiamento ostensivo fardado**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Prezado (a) Participante,

Esta pesquisa é sobre “**A POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**” e está sendo desenvolvida pelo discente Aluno Soldado Leonardo Lopes Almeida do Curso de Especialização em Polícia e Segurança Pública, no Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), sob a orientação da Professora Loiane Ribeiro. O objetivo deste estudo é analisar o papel da polícia comunitária na preservação da ordem pública.

Solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário de entrevista encaminhado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Declaro que li e compreendi as informações apresentadas e concordo em participar de maneira voluntária da pesquisa.

() Concordo

() Discordo

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO

A POLÍCIA MILITAR NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Responda as questões abaixo, assinale apenas uma alternativa:

1) Idade

- Entre 18 e 24 anos
- Entre 25 e 32 anos
- Entre 33 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Acima de 51 anos

2) Sexo

- Masculino Feminino

3) Tempo de serviço na Polícia Militar de Goiás?

4) Jornada de trabalho?

5) Posto ou Graduação na PMGO ?

- Soldado
- Cabo
- Sargento
- Subtenente
- Tenente
- Capitão
- Major
- Tenente Coronel
- Coronel

6) Há quanto tempo atua no policiamento comunitário?

- Menos de 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Acima de 20 anos

7) Se sente realizado no exercício da profissão no policiamento comunitário?

- Sim Não

8) A relação entre a polícia e a comunidade é intrínseca?

- Nunca
- As vezes
- Sempre

9) Quais estratégias adotadas pelo policiamento comunitário que surtiram mais efeito em prisão e repressão aos crimes que antes eram cometidos com maior frequência?

10) Em uma escala de 1 a 4, qual a importância do policiamento comunitário para a preservação da ordem pública?

- 1 - Indiferente
- 2 - Pouco importante
- 3 - Importante
- 4 - Muito importante

11) Na sua opinião, o que pode ser realizado pelo policiamento comunitário para a preservação da ordem pública?

12) Qual forma de policiamento tem surtido mais efeito na preservação da ordem pública?

- Polícia ostensiva
- Polícia comunitária

Obrigado pela sua participação!